

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO ILIUS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO:

avanços e conquistas na materialização do Projeto Ético-Político Profissional

Aliceane de Almeida Vieira<sup>1</sup>

### RESUMO:

A formação profissional crítica do Serviço Social na história da sociedade brasileira é resultante de determinantes histórico-sociais e da ação coletiva da categoria dos/as assistentes sociais presente nas últimas décadas. Nesse sentido, objetiva-se compreender a formação profissional do Serviço Social brasileiro, seus avanços, conquistas e desafios na consolidação do Projeto Ético-Político Profissional. A metodologia utilizada consta de pesquisas bibliográfica e documental com abordagem qualitativa, além da utilização do método dialético no direcionamento do estudo na perspectiva da compreensão da realidade. A discussão apresentada reforça a importância de um projeto de formação crítica que defenda os direitos sociais e que lute contra o avanço do pensamento neoconservador na atualidade, assim como, dos ataques e retrocessos na educação superior no país.

**Palavras-Chave:** Serviço Social; Formação Profissional; Projeto Ético-Político.

### ABSTRACT:

The critical professional training of Social Work in the history of Brazilian society is the result of historical-social determinants and the collective action of the category of social workers present in recent decades. In this sense, the objective is to understand the professional training of the Brazilian Social Service, its advances, achievements and challenges in the consolidation of the Professional Ethical-Political Project. The methodology used consists of bibliographic and documentary research with a qualitative approach, in addition to the use of the dialectical method in directing the study from the perspective of understanding reality. The discussion presented reinforces the importance of a critical training project that defends social rights and fights against the advance of neoconservative thinking today, as well as attacks and setbacks in higher education in the country.

**Key words:** Social service; Professional qualification; Ethical-Political Project.

<sup>1</sup> Assistente Social. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: [alicealvieira@gmail.com](mailto:alicealvieira@gmail.com).



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO ILÍDEA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a formação profissional do Serviço Social brasileiro na sociedade contemporânea parte da compreensão inicial da conjuntura que estabeleceu o processo de ruptura com o conservadorismo da profissão, impulsionando a construção e a consolidação de um novo projeto profissional e formação profissional do/a assistente social. Dessa forma, objetiva-se apresentar uma breve discussão sobre a formação profissional do Serviço Social brasileiro, seus avanços, conquistas e desafios na consolidação do Projeto Ético-Político Profissional.

O Serviço Social no Brasil nos anos de 1960 e 1970 dado o processo de reconceituação desenvolvido na América Latina e do desenvolvimento da profissão nas particularidades sócio-históricas do país, no que refere-se a formação profissional dos/as assistentes sociais admite-se uma perspectiva marcada e contraditória com relação as concepções hegemônicas do sistema de educação e de sociedade dada as respostas do capital à sua crise por meio das contrarreformas do Estado sob as ideias de ajustes neoliberais vigentes.

A formação profissional do Serviço Social, principalmente no período das décadas de 1980 e 1990, caracterizado como um importante cenário que norteou os novos rumos teórico e político no âmbito da formação profissional, enfocando, o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993) e as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social (1996) no país. É a partir da década de 1990 sob a ofensiva neoliberal que o Estado brasileiro, agrava a concentração de renda aprofundando a desigualdade social, suprimindo os direitos sociais garantidos em lei, que o projeto profissional do Serviço Social consolida-se no país.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa utilizados no estudo constam de pesquisas bibliográfica e documental com abordagem qualitativa por meio da literatura que discutem a temática na área, além da utilização do método dialético no direcionamento da pesquisa na perspectiva da compreensão da realidade.

PROMOÇÃO



APOIO



## 2 SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL: Avanços e conquista da formação profissional crítica do/a assistente social na contemporaneidade

As décadas de 1980 e 1990 para o Serviço Social configuram-se num importante cenário para os novos rumos teóricos, políticos e éticos no âmbito da formação profissional no cenário brasileiro. Esse período histórico marcou a criação de um projeto profissional representado pelo Novo Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), pela Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e pelas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social.

Para Yamamoto (2007) esse projeto é resultado de um amplo movimento da sociedade civil que afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democracia no país, reorientando a prática profissional por meio da ruptura do conservadorismo da profissão.

Ramos (2006) afirma que a rearticulação da organização política dos/as assistentes sociais no país deu-se no início dos anos de 1980, num contexto histórico de lutas democráticas e materializando-se no engajamento de importantes setores da categoria em vários espaços coletivos da sociedade. Dessa forma,

... muitas lutas foram travadas por significativos segmentos que reivindicavam a efetivação de direitos sociais, destacando-se a emergência do novo sindicalismo no ABC – São Paulo, a efervescência do movimento de bairro; o surgimento de diversos tipos de movimentos sociais – feministas, ecológicos, étnicos – e a criação de novos partidos políticos. (RAMOS, 2006, p. 162)

A organização política dos/as assistentes sociais no Brasil é caracterizada pela atuação das entidades representativas que “imprimem uma dinâmica de debates coletivos e democráticos bem como posicionamentos em torno das diversas dimensões da profissão” (RAMOS, 2006, p. 163). De acordo com a autora, podemos destacar, nesse sentido, a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), enquanto entidade político-sindical da categoria; a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), antiga Associação Brasileira de Escolas de



Serviço Social (ABESS)<sup>2</sup>, entidade coordenadora do projeto de formação profissional; o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), órgão responsável pela fiscalização do exercício profissional no Serviço Social, e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), que organiza a mobilização do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS).

A ABEPSS é responsável pelo direcionamento do projeto de formação profissional do Serviço Social no Brasil, sendo um dos principais marco dessa entidade, a criação do currículo mínimo para os cursos de Serviço Social no país, em 1982, significando no âmbito da formação profissional a afirmação de uma nova “direção social hegemônica no seio acadêmico-profissional, o que consolidou-se com a elaboração das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social aprovada pela categoria em 1996.” (RAMOS, 2006, p. 169)

Conforme Jorge (1999) a atualização e a revisão dos currículos no projeto de formação profissional de assistentes sociais, são bastante antigas, desde a fundação da ABESS. O projeto de formação profissional construído na década de 1980 foi apresentado na XXIX Convenção da ABESS/CEDEPSS, no Recife, em 1995, por meio do documento Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional.

No Brasil, a formação do/a assistente social por meio da sua maioria acadêmica impulsionada pela pós-graduação nos cursos de Serviço Social, pelo aumento do mercado editorial, assim como, pelas produções acadêmicas, possibilitou que a profissão travasse um embate com o “conservadorismo quanto à interlocução teórico-metodológica do Serviço Social, buscando adequar criticamente à profissão as exigências do seu tempo.” (ABEPSS, 2004, p. 73)

Os novos pilares para o exercício profissional e formação profissional do/a assistente social, segundo Iamamoto (2007a), dão-se pela apropriação das três dimensões inerentes ao Serviço Social: teórico–metodológica, ético–político e técnico–operativa.

<sup>2</sup> Posteriormente, a mudança do nome ABESS, criada em 1946, para ABEPSS, ocorrida em 1998, devida, conforme aponta Ramos (2006) pela defesa da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e da articulação dos cursos de graduação e da pós-graduação.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO ILÍDEA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

A dimensão teórico–metodológica permite ao profissional do Serviço Social a apropriação da descoberta de novos caminhos para o exercício profissional; a segunda dimensão, ético–político se dá por meio do engajamento político junto aos movimentos organizados da sociedade civil e nas instâncias de representação da categoria, o que norteará o reconhecimento da dimensão política da profissão; a terceira dimensão, técnico–operativa evidencia-se pela exigência da qualificação profissional no mercado de trabalho. Todas estas fundamentais e complementares entre si.

A entidade representativa das instituições de ensino superior no âmbito do curso de Serviço Social, a ABEPSS, frente às necessidades postas para a profissão e contrapondo-se à ideologia neoliberal, na década de 1990, promoveu um amplo debate acerca dos desafios para a formação profissional qualificada e eficiente dos/as assistentes sociais no país.

Os códigos de ética profissional, historicamente, foram instituindo-se na sociedade, à medida que algumas profissões (individual e privada) foram configurando-se como categorias profissionais, por volta do século XIX. De acordo com Simões (2007, p. 468) face à necessidade de autonomia no exercício profissional “que não pode ser controlada pelo sistema parcializado de trabalho, a sociedade passou a exigir rigor com a conduta moral dos médicos, psicólogos, advogados, [...], assistentes sociais e outros profissionais.”

O código de ética, como todos os códigos, deve ser interpretado como uma norma não contraditória, por sua própria natureza. É um sistema que unifica e converge valores. Esta concepção é fundamental, em qualquer formação social, pois se for contraditório não exerce sua instrumentalidade. (SIMÕES, 2007, p. 471)

Nesse aspecto, a nossa discussão direciona-se para o Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais, considerados profissionais de cunho liberal. Simões (2007) descreve brevemente, que o primeiro Código de Ética que regeu a conduta dos/as assistentes sociais foi aprovado na Convenção Nacional da Associação Brasileira de Assistência Social. Este Código tem sua vigência até a aprovação da Lei n. 3. 254/57.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO ILÍDEA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

O projeto do Serviço Social brasileiro é fruto da expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado. Foi numa conjuntura de ascensão dos movimentos das classes sociais, das lutas pela Constituição de 1988 e pela defesa do Estado de Direito “que a categoria dos/as assistentes sociais foi sendo oficialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 223)

O Código de Ética Profissional “constitui-se, democraticamente, direitos e deveres dos assistentes sociais, segundo princípios e valores humanistas, guias para o exercício profissional cotidiano.” (ABEPSS, 2004, p. 73). Assim, o Código de Ética Profissional do/a assistente social expressa-se por princípios fundamentais, conforme a Resolução CFESS n. 273 de 13 de março de 1993 que institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. Nesse sentido, é importante a reflexão sobre o projeto profissional do Serviço Social, conforme ABEPSS (2004, p. 79), no qual a:

Tomada de posição ética e política que se insurja contra os processos de alienação vinculados à lógica contemporânea, impulsionando-nos a dimensionar nosso processo de trabalho na busca de romper a dependência, subordinação, despolitização, construção de apatias que se institucionalizam e se expressam em nosso cotidiano de trabalho [...]. O desafio maior com o qual nos defrontamos é o de avançarmos na consolidação e implementação do projeto profissional, inscrevendo seus princípios em nosso cotidiano de trabalho.

O Código de Ética de 1993 dos/as assistentes sociais atribui uma maior amplitude política à atuação profissional da categoria por meio da criação de “novos valores éticos fundamentados na definição mais abrangente de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social.” Com isso, o Código de Ética Profissional “institui, como princípio, a opção do assistente social por um projeto vinculado à construção de uma nova ordem social, sem dominação e exploração de classes sociais e a luta geral dos trabalhadores.” (SIMÕES, 2007, p. 475-476)

O Projeto Ético-Político do Serviço brasileiro é qualificado, de acordo com Netto (1999: 95) citado por Behring (2006) como um conjunto de “valores que a

PROMOÇÃO



APOIO



legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício [...]”. Segundo a autora, a ampliação e a consolidação dos direitos são entendidos como tarefa de toda a sociedade, mas como dever legal do Estado na sua garantia, vistas como condição para a ampliação da cidadania no modo de produção capitalista.

A formação profissional e as Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996 inscrevem-se em um cenário com vários dilemas contemporâneos na sociedade brasileira. Na década de 1990, no que refere-se, a materialização do projeto profissional, dentre esses dilemas, podemos destacar a situação da precariedade das universidades de ensino superior no país.

Essa discussão remete-nos para a importância da materialização das diretrizes curriculares, uma vez que, repercutem no dia-a-dia das condições do trabalho docente em termos de recursos materiais para a realização do ensino, de projetos de pesquisa e extensão universitária com fins de implementar “uma formação profissional de qualidade e para garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão defendida pelas diretrizes curriculares.” (RAMOS, 2006, p. 172)

A Proposta das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social constituiu-se de um amplo debate promovido pelas unidades de ensino superior, por meio da XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, em outubro de 1993 em Londrina. A partir deste evento, mais precisamente no ano de 1994, deliberou-se os primeiros encaminhamentos do processo de revisão do currículo mínimo vigente, desde os anos de 1982.

Esse processo foi resultado de um intenso trabalho de mobilização das unidades de ensino da categoria do país, juntamente, com o apoio do CFESS, assim como, da ENESSO.

Posteriormente, realizou-se em 1995, no Recife-PE, uma assembleia durante a XXIX Convenção Nacional da ABESS, na qual, foi aprovada a proposta básica para o projeto de formação profissional trazendo o novo desenho curricular embasado em diretrizes, pressupostos, núcleos de fundamentação ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO ILIUS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

O processo de elaboração das Diretrizes foi promovido pela ABEPSS que coordenou a avaliação da formação profissional com todas as unidades de ensino de Serviço Social no Brasil. De acordo com Ramos (2006), no período entre 1994 e 1996, foram realizadas, pela entidade, de forma coletiva, aproximadamente, duzentas oficinas locais, vinte e cinco oficinas regionais e duas nacionais, no intuito de discutir e elaborar a nova proposta curricular, na qual, foi aprovada em Assembleia Geral da ABESS realizada em novembro de 1996 no Rio de Janeiro.

Para a elaboração do documento intitulado “Proposta básica para o projeto de formação profissional”, a ABESS/CEDEPSS (1997, p. 144) em seu processo de revisão curricular direcionou-se pelos seguintes princípios, destacando-se:

A preservação dos avanços do currículo/82, bem como do Código de Ética aprovado em 93, tomando como ponto de partida o patamar teórico-metodológico e ético-político construído pela categoria profissional, em sua trajetória; a convivência democrática entre as diferentes concepções ético-políticas e teórico-metodológicas que perpassam a formação e a prática profissional; a capacitação e desenvolvimento das unidades de ensino como parte do próprio processo de construção da nova proposta curricular.

A proposta curricular dos anos de 1990 significou a ruptura com a concepção conservadora da década anterior, partindo do entendimento que considera a “Questão Social como base de fundação sócio-histórica do Serviço Social e da prática profissional como trabalho e o exercício profissional inscrito em processo de trabalho.” (IAMAMOTO, 2007a, p. 57). Neste sentido, a necessidade da formulação de um novo currículo mínimo para o curso de Serviço Social surgiu da base que é a constituição do Serviço Social na sociedade e que deve perpassar a centralidade da formação e do trabalho profissional, a questão social.

Este currículo mínimo estrutura-se a partir de três núcleos temáticos, articulando um conjunto de conhecimentos e habilidades necessários à qualificação profissional nos dias atuais, envolvendo: o núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social; o núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, conforme explicação descrita abaixo:

PROMOÇÃO



APOIO



- a) O *Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social* compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório;
- b) O *Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diferenças regionais e locais;
- c) O *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional* compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho (trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado).

Esses três núcleos formam um conjunto de fundamentos caracterizados em matérias nos currículos plenos dos cursos de Serviço Social nas unidades de ensino. Esses não significam, conforme Iamamoto (2007), uma “sequência evolutiva”, mas conhecimentos distintos e complementares à atuação do Serviço Social, assim como, a lógica curricular trás as matérias básicas como áreas de conhecimento necessários a formação profissional, os componentes curriculares retratados em disciplinas curriculares, seminários temáticos, oficinas, atividades complementares (monitoria, pesquisa, extensão, outras), são mecanismos formativos nos cursos de Serviço Social. Os componentes curriculares permitem, assim, trabalhar os conteúdos temáticos das várias áreas de conhecimento. Dessa forma, os núcleos temáticos da formação profissional, anteriormente citados, de acordo com Mendes (2004, p. 13):

organizam a lógica curricular, apresentando, portanto, dimensões indissociáveis de um mesmo processo de conhecimento, juntamente com seus componentes teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativos, constitutivos do trabalho profissional. Assim, não admite um tratamento classificatório e muito menos abordagem sequencial entre núcleos de conhecimento. Estes apresentam distintos níveis de abstração para abordagem dos processos sociais em seu movimento e o complexo de contradição que os constitui [...].

#### PROMOÇÃO



#### APOIO





De acordo com a ABEPSS (2004, p. 76) na etapa final do processo de revisão curricular quanto às proposições das unidades de ensino participantes foram sistematizadas, resultando em seis documentos regionais, nos quais, as representações da ABESS, CFESS e da ENESSO, o grupo de consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica elaboraram a Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social apreciada e aprovada em assembleia geral da ABESS na II Oficina Nacional de Formação Profissional (1996), realizada no Rio de Janeiro. Diante desta, em 2 de dezembro de 1996 foi promulgada a nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a Lei n. 9.394 referente ao processo de normatização e definição de diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.

Conforme explica Jorge (1999) o processo de implantação da lei trouxe vários rebatimentos para o ensino superior. Segundo a autora, na definição de finalidades e objetivos da instituição universitária não é considerado o princípio da indissociabilidade entre “ensino, pesquisa e extensão”. Neste caso, a lei menciona apenas como finalidade o incentivo ao trabalho de pesquisa, expandindo-se matrículas em instituições que oferecem somente o ensino e a extensão transforma a instituição em prestadora de serviços de caráter assistencial; prevê uma universidade especializada por campo de saber em vez da universidade dos campos de conhecimentos; abre-se instituições de nível superior não universitária (centros de ensino superior, institutos, faculdades, escolas, outras); a inclusão do ensino a distância, entre outras.

Nas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 1999, destacam-se alguns dos princípios da formação profissional do/a assistente social, abaixo:

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;

- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Entre outros.

Boschetti (2004, p. 24) destaca que, o “desenho” das diretrizes curriculares aprovadas pela convenção da ABEPSS (1996) não é o mesmo das diretrizes aprovadas pelo CNE, o que gerou uma desconfiguração das diretrizes curriculares, ou seja,

o esvaziamento das diretrizes curriculares promovido pelo CNE não é uma mera simplificação, mas expressa uma política de formação profissional predominantemente preparatória para o mercado, mais flexível, diversificada, reduzida, com habilitações específicas e sem preocupação com uma formação genérica e com a perspectiva de totalidade.

A autora acrescenta ainda que, as diretrizes aprovadas pelo CNE confrontam-se com a aprovada pela ABEPSS, uma vez que, estas últimas, são articuladas em conformidade com o “código de ética profissional e com a lei de regulamentação da profissão, conformam um projeto ético-político profissional claramente comprometido com a formação e o exercício profissional crítico, na perspectiva de transformação societária.” (BOSCHETTI, 2004, p. 24)

Dessa forma, a consolidação das diretrizes da ABEPSS depende da socialização e discussão dos significados dos princípios, anteriormente destacados, da explicitação e do aprofundamento dos conteúdos, assim como, segundo Boschetti (2004, p. 30):

A materialização das diretrizes depende também, e profundamente, de uma ação política das entidades para resistir às tendências de privatização do ensino, também, para construir estratégias coletivas de consolidação desses princípios de modo a buscar uma formação que não seja conformista e que, de fato, acredite que é possível construir outras formas de relações econômicas e sociais [...]. Isso é um papel ao mesmo tempo teórico e político. Teórico na incorporação e consolidação destes princípios nos currículos e político na capacidade de sua transformação em estratégias de resistência.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO ILIUS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

No atual cenário de contrarreformas e diante dos rumos tomados pelo ensino por meio da reforma universitária, Mendes (2004, p. 10) destaca que, a ABEPSS, no âmbito da formação profissional, vem atender as atuais exigências resultantes do processo de globalização, e das profundas transformações econômicas, sociais e culturais e com repercussão nas inter-relações globais e locais no mundo do trabalho, assim como, nos processos de inclusão e exclusão social “esse cenário tem exigido dos assistentes sociais ações inovadoras e eficazes que propiciem respostas compatíveis com o projeto ético-político adotado pela categoria profissional no Brasil.”

Essas preocupações integram a agenda da ABEPSS, que reafirma o seu compromisso político-acadêmico de luta contra o neoliberalismo, contra o desmonte das políticas sociais públicas e da política educacional de ensino superior bem como da precarização do trabalho docente [...]. (MENDES, 2004, p. 10)

É fundamental que na perspectiva de luta contra a lógica dominante neoliberal é preciso assegurar as conquistas históricas da formação profissional, articulado juntamente ao Projeto Ético-Político do Serviço Social para fortalecer um projeto de formação profissional qualificado que garanta os direitos sociais, a liberdade e a cidadania.

### 3 CONCLUSÃO

A formação profissional em Serviço Social no seu percurso sócio-histórico deu-se por diferentes projetos formativos aos quais buscaram responder às exigências econômicas e sociopolíticas da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que colocaram-se num movimento de críticas a atual conjuntura contraditória do capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, é fundamental compreender a formação profissional do/a assistente social a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 por meio de uma análise articulada entre formação e exercício profissional e na busca da efetivação de uma formação crítica diante do contexto do Brasil atual sob o enfrentamento do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO ILÍDEA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

avanço neoconservador, baseando-se no pensamento crítico, assim como, no direcionamento ético e político de modo a reafirmar o Projeto Ético Político.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**. N. 79. São Paulo: Cortez, 2004. p. 72-81.

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Formação Profissional: trajetórias e desafios. **Cadernos ABESS**. N. 07. Edição Especial. São Paulo: Cortez, 1997. p. 58-76.

\_\_\_\_\_. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**. N. 50. São Paulo: Cortez, 1996. p. 143-171.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivonete. Projeto ético-político do Serviço Social e Política Social. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 192-199. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2)

BOSCHETTI, Ivonete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. **Temporalis**. Ano 4. N. 8. Porto Alegre: ABEPSS, Odisséia, 2004. p. 19-30.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. Resolução n. 15, de 13 de março de 2002**. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Brasília: 1999.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS N. 273/93. Institui o Código de Ética Profissional do Assistente Social e dá outras providências. **Coletânea de Leis Serviço Social**. RN: CRESS, 14ª Região – Seccional de Mossoró, 2006. p.13-23.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

\_\_\_\_\_. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês de Souza; UCHÔA, Roberta; NOGUEIRA, Vera; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; EIXEIRA, Marlene (Orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007. p. 161-196.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO ILÍDEA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



JORGE, Maria Rachel T. A construção curricular no ensino de Serviço Social: processo permanente. **Serviço Social e Sociedade**. N. 61. São Paulo: Cortez, 1999. p. 127-151.

MENDES, Jussara Maria Rosa. Os desafios das diretrizes curriculares na afirmação do projeto ético-político do Serviço Social: a proposta da oficina. **Temporalis**. Ano 4. N. 8. Porto Alegre: ABEPSS, Odisséia, 2004. p. 09-13.

RAMOS, Sâmia R. Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros(as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. **Serviço Social e Sociedade**. N. 88. São Paulo: Cortez, 2006. p. 160-181.

SIMÕES, Carlos. A ética profissional e o assistente social. \_\_\_\_\_. **Curso de Direito do Serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 465-497. (Biblioteca Básica de Serviço Social; V. 3)

## PROMOÇÃO



## APOIO